

Webinar OGP Portugal - Participação Cívica nos Processos de Administração Aberta - 22.10.2020

[De 00:00:00 a 01:01:11]

[00:00:00] Daniel Santos: Da Administração pública, do que é que é uma unidade orgânica para a Agência para a Modernização administrativa. Gostaria também de agradecer ao nosso convidado e à PASC por terem aceite o convite e providenciado também esta infraestrutura digital para a realização deste *webinar* que é subordinado ao tema "Participação Cívica nos Processos da Administração Aberta", para a qual, eu acho que houve muitas inscrições. Eu acho que mesmo junto ao à hora de início elas estavam prestes a esgotar, o que é sempre um excelente indicador. Dizer que este *webinar* vai ter... Eu vou só partilhar... parar aqui a partilha só para também poder mostrar... dizer que este *webinar* vai estar dividido em duas partes. A primeira, a abertura, será feita pelo meu colega Bruno Monteiro, coordenador do LABX, que irá partilhar algumas palavras, e, de seguida, eu irei conduzir uma breve apresentação de enquadramento do tema e da OGP Portugal. E a segunda parte, uma conversa com Luís Vidigal, que é vogal do conselho diretivo da PASC, da Plataforma da Casa da Cidadania, a plataforma de associações da sociedade civil, a Casa da Cidadania, que apresentarei mais à frente e de forma mais detalhada. Após a conversa com o Luís Vidigal teremos uma parte aberta a perguntas e respostas da audiência que, por questões de gestão de participação, iremos apelar a que as pessoas utilizem o *chat* apenas para colocarem as perguntas. E se quiserem usar o vídeo para acenar e cumprimentar os presentes será uma forma mais eficiente, porque assim conseguíamos escrutinar as perguntas que estão a ser feitas às pessoas. Não será um modelo de fórum, ou seja, não será um modelo de reunião aberta, será um modelo de webinar, apesar de nos estarmos todos a ver e de haver a possibilidade de falar. Foi este modelo que nós pensámos, e eu passo então agora a palavra. Se tiverem alguma questão também em relação ao desenrolar do *webinar* podem

colocar que nós temos, a nossa colega Maria João poderá... E mesmo o nosso colega da PASC, Jorge Robalo, e Maria João Cercas poderão ajudar-vos em qualquer questão técnica que podem ter com a plataforma ou com o *webinar*. Mas, para isso, iria pedir para que usassem a janela do *chat* para isso. Sem mais demora passo agora então a palavra ao meu colega e coordenador do LABX Bruno Monteiro que gostaria de partilhar algumas palavras convosco. Bruno?

[00:03:02] Bruno Monteiro: Bem, boa tarde a todas e a todos. Antes de mais muito obrigado por terem aceitado o repto que o Laboratório de Experimentação da Administração Pública, em colaboração com os colegas da Rede Nacional de Administração Aberta lançam à Sociedade civil em Portugal para se criar aqui um momento que nós esperemos que seja um numa cadeia de momentos cada vez mais de tração idealmente, de promoção do debate em torno do Plano Nacional de Administração Aberta em Portugal. Eu não vou demorar-me a explicar o que é a Rede Nacional de Administração Aberta, o que é que é o *Open Government Partnership*, não vou falar sequer do primeiro Plano Final de Ação, isso são questões... E por duas razões, uma, primeiro porque o Daniel vai fazer essa introdução, como ele já prometeu e, por outro lado, porque estou certo de que entre a nossa audiência temos muita gente que saberá tanto, ou mais, do que, nas palavras que eu poderia agora aqui transmitir. Queria apenas dar quatro notas muito rápidas e prometo demorar um par de minutos apenas. Em primeiro lugar, como já tive ocasião de dizer, o objetivo desta sessão é ser um momento, entre vários, de ativação dum debate público participado, aberto, para se discutir a Rede Nacional de Administração Aberta, e para se discutir, em particular, o Relatório de Autoavaliação sobre o seu primeiro Plano Nacional de Ação. Há um primeiro relatório que é feito, de avaliação desse percurso. É um relatório que poderão encontrar disponibilizado publicamente, como deve ser, de resto, numa administração pública que se quer transparente e íntegra. Eu poderia apenas resumir o meu objetivo dizendo "comentem-no, critiquem. Acrescentem informação e façam as questões que vos parecerem mais adequadas". A única

forma de o Estado conseguir responder de maneira cada vez mais elevada às exigências que os cidadãos, e bem, colocam sobre ele, é o de gradualmente irmos criando estes estímulos que provêm da sociedade civil. É absolutamente crítico e, portanto, deixava aqui, desde já, um apelo a que olhem, desde logo, para este Relatório de Autoavaliação, olhem para toda a atividade, obviamente, da Rede Nacional de Administração Aberta que junta, como sabem, organizações da sociedade civil e entidades públicas, mas que promovam esse debate e assumam um papel ativo. Certamente não estou a dizer nada que não façam habitualmente. Em todo o caso, se poderem canalizar as vossas energias para este processo, seria extremamente importante termos um processo participado, inclusivo e, como eu já disse, o mais aberto possível. Em segundo lugar, este é um espaço de amplificação da voz da cidadania. Muitos de vós, não só enquanto cidadãos a título individual, mas enquanto membros de organizações, têm certamente um papel muito ativo na animação da nossa sociedade civil. Uma animação tão mais importante quanto vivemos uma fase de especiais desafios no nosso país, não é? No mundo inteiro, mas no nosso país também. E a pandemia não significa claramente, pelo contrário, que as necessidades de uma intervenção cívica forte, e de respostas públicas à altura tenha desaparecido. Pelo contrário. É mais urgente do que nunca, é mais relevante do que nunca e eu gostaria que a Rede Nacional de Administração Aberta e os seus planos de ação fossem parte desse círculo virtuoso entre sociedade civil, exigências da sociedade civil, respostas do poder público. Em terceiro lugar é importante destacar que esta sessão só é possível não apenas por causa da iniciativa da AMA ou outra organização pública, mas só é possível porque a Rede Nacional de Administração Aberta conseguiu criar, conseguiu harmonizar um modo de trabalho, um modo de trabalho crítico, mas um modo de trabalho também apontado à produção de resultados, e não apenas a uma discussão de convicções. E temos tido esse cuidado de tentar que a discussão, que o debate se possa materializar em avanços, e esperamos que o facto de termos hoje esta sessão aberta, estão dezenas de cidadãos inscritos

neste seminário, portanto esperemos que seja mais um contributo para demonstrar a natureza reticular deste nosso trabalho na Rede, passe o pleonasma, não é? E, por fim, o quarto ponto é, na verdade, a repetição do primeiro. É um apelo à participação no processo de autoavaliação do primeiro Plano Nacional de Ação. Desafio-vos também, já agora, a ficarem atentos ao processo de cocriação do segundo plano que há de começar depois deste, que tragam o melhor de vós enquanto cidadãos, enquanto membros de autarquias, enquanto membros de entidades públicas, de organizações da sociedade civil. Que tragam o melhor para este processo porque é absolutamente um critério decisivo para promover uma evolução no grau de maturidade na Administração Aberta que temos em Portugal. Uma Administração Aberta é, como eu já disse, transparente, íntegra, que presta contas aos cidadãos e que seja responsável. Portanto, em grande medida, depende também do que saia de momentos como este, o que nós vamos poder encontrar, dentro em breve, plasmado nas atividades da Rede Nacional de Administração Aberta. Portanto, queria agradecer, obviamente aos meus colegas da Rede Nacional de Administração Aberta, em particular aos colegas que hoje estão aqui mais diretamente associados, destacava individualmente o Luís Vidigal, pela colaboração que têm trazido a este processo. E, com isto, posso dar por terminada a minha intervenção e passar a palavra ao Daniel de novo.

[00:09:00] Daniel Santos: Obrigado Bruno pela abertura. Conforme tinha dito eu vou partilhar o meu ecrã para vos mostrar uma pequena apresentação de enquadramento para este *webinar*. Eu creio que agora já estará a partilhar. Dizer-vos também, como nota apenas, que esta sessão está a ser gravada e que ao participar está a dar-nos o seu consentimento para a captura de imagem, voz e textos. Esta gravação será publicada no *site* da OGP notícias. Houve pessoas que deram nota do seu interesse de participar nesta sessão, mas, por questões de agenda não podiam, e é uma forma também de manter os princípios da transparência pelo qual se rege a OGP Portugal, e publicando depois o vídeo para

que esteja disponível para todos. A OGP é o acrónimo de *Open Government Partnership* que foi criada em dois mil e onze por oito países. Criaram uma parceria para promover uma administração pública que fosse mais acessível, responsável e reativa. E também inclusiva para os cidadãos. O objetivo maior que a OGP e os seus membros propõem é melhorar a relação estado-cidadão. E para isso escreveram, desenvolveram uma declaração para a administração aberta assente em quatro princípios: o primeiro, promover a transparência; o segundo, dar mais poder aos cidadãos através da participação cívica nomeadamente; três combater a corrupção; e quatro utilizar as novas tecnologias para potenciar a relação estado-cidadão. A OGP em Portugal é coordenada pela AMA, pela Agência para a Modernização Administrativa, e também promove a abertura da administração pública ao cidadão e às organizações da sociedade civil através da concretização e de materialização de medidas muito específicas assentes e inscritas em planos de ação nacional. Age e atua de forma multilateral e colaborativa e estabelece esses compromissos para cumprir a declaração que falei, a declaração Administração Aberta. Em Portugal finalizamos agora o primeiro plano de ação nacional que tem medidas específicas no domínio da Administração Aberta e, este plano, ele próprio, é desenvolvido através da cocriação envolvendo os cidadãos e a sociedade civil em processos de participação e consulta pública. Durante o ciclo de vida dum plano são divulgados os relatórios de progresso sobre a sua fase de desenvolvimento que é um relatório que diz como é que a fase de cocriação do próprio plano correu, e também relatórios sobre a sua fase de implementação que é, precisamente, um dos relatórios que nós já demos nota hoje, nomeadamente pela abertura do Bruno. E também permite, o ciclo de vida de todos estes planos, permite o acompanhamento e a monitorização contínua da implementação das medidas nomeadamente no portal da OGP Portugal pode ser feita essa monitorização. A parte orgânica da OGP Portugal foi, de facto, a criação desta Rede Nacional de Administração Aberta que nós chamamos "A Rede", que tem como objetivo

implementar a participação nacional e coordenar, executar, supervisionar os planos de ação nacional. É composta por dez membros atualmente, integra representantes da AP, que vai para Administração Pública e SC para sociedade civil. Cinco organizações representantes de cada um destes setores, Administração Pública e sociedade civil. E utiliza canais de participação presencial e, obviamente *online* como o que estamos a utilizar hoje. Estes são os dez membros. Aliás, toda esta informação e de forma mais detalhada no portal da OGP Portugal. O primeiro plano de ação de Administração Aberta que concluímos recentemente iniciou em dezembro de dois mil e dezoito e foi concluído em agosto de dois mil e vinte. É parte integrante obviamente, da participação portuguesa na OGP, foi desenvolvido pela Rede em colaboração com a sociedade civil e contempla um conjunto de compromissos específicos, mensuráveis, que têm que ser relevantes para a Administração Aberta e, obviamente, delimitados no tempo. O objetivo é promover a transparência, a prestação de contas e a participação pública. Apenas uma visão geral das taxas de conclusão por compromisso, e o nome dos compromissos. Não me vou alongar muito nesta parte porque terão no portal e no próprio relatório informação muito substancial sobre cada um destes domínios e cada um destes compromissos, mas dizer que o desempenho geral e a conclusão global foi de sessenta e sete por cento, o que é francamente positivo para um primeiro plano de ação. E se quiserem saber mais informações terão neste *site* ogp.eportugal.gov.pt. O processo de consulta pública, a autoavaliação do primeiro plano de ação nacional está a decorrer neste momento. Se vocês acederem a este *link*, ou diretamente no portal, é um *link* mais mnemónico, pode ser consultado o relatório de autoavaliação através deste *link* e também do portal. Há duas formas de participação: uma descarregando o relatório ou as várias secções, partimos o relatório em várias secções para que facilitasse também a sua leitura e, depois, submetendo comentários por *email*. Ou então diretamente no PDF usando uma plataforma do *Google drive* para criar comentários. Eu vou só

fazer uma brevíssima demonstração de como é que isso se pode operacionalizar, mostrando aqui... Portanto, este é o *site*, OGP, vocês têm a navegação principal, têm aqui um botão que é "Participe", "consulta pública Relatório de Autoavaliação", em que explica, de facto, qual é o processo, como é que ele está estruturado. Podem descarregar o relatório, podem fazer comentários diretamente no relatório. Ao carregar aqui vão abrir um *link* na plataforma *Google drive* e, ao abrir o relatório, vocês podem estar autenticados no *Google*, aparece ali, vocês têm este botão aqui, "mais", para adicionar um comentário, e o comentário pode ser adicionado numa zona ou no texto, e aparece aqui este "mais". Basicamente é uma maneira simples, mas temos esses dois canais disponíveis para poder fazer... Voltando aqui à apresentação, só fazer aqui a partilha, só um momento... Estou na apresentação? Pronto, há essas duas formas de participar. A consulta pública requer vossa análise crítica aos conteúdos do relatório e que façam constatações e as partilhem. Todas as contribuições são analisadas e respondidas individualmente, sendo depois comunicado e integrado no relatório final quais os comentários que foram feitos e a resposta que tiveram. E também a forma como eles serão integrados, se for o caso, no próprio relatório. A consulta pública, de acordo com os padrões da OGP exige que a consulta pública esteja disponível durante duas semanas. Ela iniciou-se recentemente, estará disponível até vinte e nove de outubro e em novembro prevê-se que o relatório seja publicado na sua versão final. No contexto da OGP a participação cívica envolve a criação de, não só a criação de consultas públicas, mas também a divulgação dos vários momentos do ciclo de vida dos Planos de Ação Nacional. E é de importância capital, é muito importante, que nós tenhamos organizações da sociedade civil, mas também cidadãos mobilizados que possam integrar, de maneira efetiva, os processos de cocriação, de monitorização dos planos, de avaliação dos planos, e também da autoavaliação da implementação dos planos. Há todos estes momentos em que a participação cívica é, não só recomendada, mas também muito bem-vinda. Sem mais demoras eu gostaria então...

Provavelmente grande parte da audiência já conhece muito bem o Luís Vidigal. O Luís Vidigal é vogal da direção da Casa da Cidadania, da PASC, tem mais de quarenta anos de experiência de monitorização administrativa, tecnologia de informação, *E-governance* e governança de TI. Já participou em inúmeras conferências, é uma pessoa muito apaixonada por estas matérias e, por isso, aceitou o convite que lhe fizemos para vir falar de participação cívica neste contexto. Luís Vidigal que é aqui a parte da PASC, obviamente que os objetivos da PASC, da mobilização de cidadãos e é, aliás, membro da Rede, e é das organizações mais bem posicionadas para falar também dessa matéria, pois um dos objetivos é a mobilização dos cidadãos para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, pode contribuir para o desenvolvimento da democracia participativa, fomentar a multipolaridade e dinamizar a capacidade de intervenção dos cidadãos e das organizações não-governamentais que são suas associadas. Sem mais demora, gostaria de dar as boas vindas ao Luís. Olá Luís acho que o seu microfone... está aberto já?

[00:20:23] **Luís Vidigal:** Está aberto sim senhor. Estão-me a ouvir?

[00:20:25] **Daniel Santos:** Muito bem, muito bem. Luís...

[00:20:28] **Luís Vidigal:** Eu queria partilhar a tela, portanto...

[00:20:32] **Daniel Santos:** Sim, sim.

[00:20:35] **Luís Vidigal:** Ok.

[00:20:36] **Daniel Santos:** Muito bem.

[00:20:36] **Luís Vidigal:** Pronto. Antes de mais nada obrigado por esta oportunidade e boa tarde a todos. No fundo partilhar porque, no fundo, é isso que se trata, de partilharmos e cocriarmos é a palavra que vai estar aqui muito presente hoje durante a tarde. Antes de mais nada eu gostava de... e vocês vão perceber depois as razões por que é que eu ponho este *disclaimer*, esta... como é que eu posso dizer em português? Este aviso. Esta nota, de que realmente esta apresentação é da minha exclusiva responsabilidade, portanto não compromete em nada as associações que compõem a PASC que, neste momento, são cerca de sessenta.

Umas são efetivas, outras estão em fase ainda de aprovação, ou observadoras, mas isto é um processo muito dinâmico, mas era só para vocês perceberem. E agora vou aqui usar até algo que depois vou apresentar aqui à frente, que aliás é inspirado em muitas orientações do próprio OGP. É que realmente é preciso primeiro conhecer as realidades, portanto, as percepções, e nós, que estamos muito do lado da sociedade civil temos essa visão, portanto, contactamos muito com visões e percepções. Percepções até de pessoas que têm contactos com os organismos públicos e, com isso, formulam a sua opinião. Portanto, a questão é depois como agir em função dessas percepções e dessas visões. O que nós estamos habituados, e agora particularmente com a questão das redes sociais, é a generalização. A ideia de que todos os funcionários públicos são preguiçosos, de que todos os políticos são corruptos, pede-se a demissão de toda a classe política. E nós conhecemos aí imensos locais onde estas coisas são propagadas. Porque "toda a gente diz", aquela ideia de que toda a gente diz que os funcionários públicos, por exemplo, são preguiçosos e que os políticos são todos corruptos. Uma constatação, que isto foi um relatório da OCDE sobre a percepção que existe sobre a questão do envolvimento cívico dos vários países. Portugal está entre os trinta e seis países, é um dos países com mais baixa taxa de participação cívica, de envolvimento cívico e, portanto, é uma coisa que nos preocupa muito enquanto associação. Existem... o problema não é um problema entre setor público e a sociedade civil, entre Governo e cidadãos em geral. O problema é que as concorrências existem entre partidos, entre religiões, entre organizações de interesses, entre ministérios, e poderemos falar depois um pouco sobre isso. Nós vivemos isso dentro da própria Rede, que entre os ministérios não há a colaboração que deveria existir, e as coisas não andam mais depressa exatamente porque os ministérios estão mais focados em si próprios do que propriamente nas necessidades das pessoas e das empresas. Há também conflitos entre gerações, há conflitos entre setores. E depois há uma quantidade de tribos com visões associativas. Eu chamo-lhe tribos porque são tribos

económicas, *societais*, ambientais, jurídicas, tecnológicas, etcetera. E todas estas tribos acabam por ter alguma dificuldade em ter uma convergência de pensamentos. Mas o mundo é assim e a realidade é essa, e é com ela que nós temos que viver. Portanto, existem sectarismos, demagogia, fundamentalismo e populismos, e a única forma de ultrapassar isto é aprofundar e alargar, e ouvir o contraditório. Sempre ouvir o contraditório. Nós temos como referenciais quatro grandes documentos: A Declaração Universal dos Direitos do Homem, os Direitos Fundamentais dos Cidadãos Europeus, a Constituição da República Portuguesa e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Portanto os grandes valores da PASC são a Liberdade, a Igualdade, a Democracia e o Estado de Direito. Pronto, o associativo move-se muito por três grandes pilares, personalidades, ou porque há umas pessoas muito importantes e que nós nos gostamos de associar a elas. E nós temos algumas associações dentro da PASC que foram mobilizadas um pouco por aí, temos associações de interesses e temos associações de causas. Nós essencialmente queremos promover as associações que se mobilizam para causas. E esta causa da Administração Aberta é uma causa para a PASC, de facto. Tornar a administração pública muito mais transparente, muito mais participativa e, no fundo, passar daquilo que eu chamo do *gouvernement* para o *governance*, uma governação partilhada com a sociedade. Grandes causas: o exercício da democracia, a coesão e inclusão social, o desenvolvimento económico sustentável, a coesão e o ordenamento territorial, a qualidade e a universalidade dos serviços públicos, a transparência e a prestação de contas dos poderes públicos, a igualdade de oportunidades e a não discriminação de género, idade, etcetera. Tudo isto depois se... dentro da própria PASC vamos criando *clusters* porque acabamos que dividir também por grandes áreas de interesse, e são esses *clusters* que acabam também por dinamizar algumas ações. Temos uma visão, no fundo, é dar voz à sociedade civil para promoção e defesa das causas da cidadania ativa observando, intervindo e desenvolvendo. Sobretudo intervindo no presente, sempre antecipando o

futuro. Desconstruindo temas e causas, aprofundando-as nas várias dimensões, promovendo a sinergia entre as várias tribos, atuando no presente e olhando sempre para o futuro. Porque nós não temos limitações de tempo, não estamos constrangidos com legislaturas, não estamos constrangidos com territórios, com ministérios, com áreas. Nós temos um pensamento livre do tempo e do espaço, como eu costumo dizer. Sabemos que há perspectivas diferentes entre a sociedade civil e o Estado, entre as próprias associações há perspectivas diferentes, depende do olhar, às vezes, que temos sobre as coisas. Vemos muitas vezes o problema, mas a questão é, de facto... o problema são as soluções porque muitas vezes nós não conseguimos tomar posições concertadas entre todas as associações, o que é normal, digamos, porque algumas delas também são contraditórias. Mas temos esta liberdade e isto visualiza-se um pouco como é que nós pensamos. Alargamos enquanto o poder político está aprisionado no tempo e no espaço, nas suas legislaturas e no seu espaço dos seus ministérios etecetera, as próprias Administrações Públicas que podiam ter uma visão mais alargada do tempo e do espaço mas infelizmente acabam por ser capturadas pelos próprios organismos e pelos próprios ministérios, nós vivemos isso na própria Rede e tentamos denunciar isso. Eu particularmente porque também já estive dentro da Administração Pública, conheço o Estado muito bem por dentro e os sistemas de informação do Estado, e, portanto, neste momento é um privilégio também olhar de fora todos estes sistemas. Só aqui uma... A palavra não prejudica a ação, o que é prejudicial é não se colher informação pelas palavras antes de avançar para a ação. O Estado é administrado no interesse do povo e não... isto dizia-se no século quinto antes de Cristo, por Péricles. Portanto, duas questões. A cidadania, antes de mais nada, é duas coisas: recusar a indiferença, nós não podemos ser indiferentes às coisas, temos que estar permanentemente atentos e aceitar a imperfeição. O que é que eu quero dizer com isto? Nós não podemos ser radicais ao ponto de dizer, "pronto", como se estivesse tudo feito. Sobretudo há uns que se acomodam, é a história do copo

meio cheio. O copo meio cheio leva-nos a que está sempre muito por fazer. E então com as tecnologias leva-nos a ver o copo sempre, sempre, cada vez, se calhar, com mais por fazer. As atitudes podemos ser passivos como podemos ser agressivos, mas o que nós propomos é que sejamos assertivos, para que realmente as coisas resultem. Nós temos hoje um grande inimigo da cidadania, de facto. Se é um excelente instrumento, mas são as bolhas sociais que se criam dentro das redes sociais em que alguns falam entre si próprios e não são permeáveis a ouvir os outros. Portanto, precisamos de rebentar com as bolhas através de dois mecanismos: através da ciência, através do debate aprofundado, através do contraditório. Nós temos que trazer sempre o contraditório para exatamente rebentar estas bolhas. E quando eu falo nestas bolhas, as bolhas não são só bolhas nas redes sociais, são bolhas ministeriais, são bolhas associativas, são bolhas... porque nós vivemos em bolhas, nós vivemos com muros à parte. Por outro lado, as questões que se colocam, e agora já que estamos a entrar um pouco nos processos e naquilo que, no fundo, é a luta que nós temos dentro da Rede, que é agilizar todos os processos porque, de facto, o tempo é amigo de muitos negócios portanto, e privados. O tempo é amigo da corrupção, vamos ser claros. E um dos pilares, e eu vi com bons olhos que esta nova fase do OGP já torna mais explícito, e em Portugal era um bocadinho tímido na sua primeira fase, não falava especificamente no combate à corrupção. Mas neste momento isso está muito mais explícito, aliás o Daniel acabou de explicitar, portanto, este é um dos grandes propósitos. E o papel das tecnologias neste combate, nomeadamente na consciencialização pública, no reporte, na transparência, os sistemas têm que começar a ser cada vez mais transparentes, *by design*, isto é, na sua própria conceção eles têm que ser escrutináveis. E houve uma das associações da PASC, aliás, a associação que eu represento na PASC. A PASC não é uma associação de pessoas, eu quero salientar isto, é uma associação de associações. Eu represento a APDSI que ainda acabou de fazer um conjunto de recomendações relativamente ao STAYAWAY COVID, e é o exemplo, não é? Mas

existem muitas aplicações, e eu quando estava dentro da Administração Pública, nomeadamente na Autoridade Tributária, na Administração Tributária, nós fomos testemunhas de grande superação destes riscos de corrupção tornando as aplicações mais transparentes. A conformidade com as regras também é outra questão. Eu costumo dizer que as verdadeiras regras são algoritmos e, portanto, o trazer as tecnologias para os sistemas no fundo, dá uma maior conformidade com as regras, uma maior interpretação da lei, etecetera. A gestão do risco, porque nós sabemos onde é que estão os riscos de corrupção e a desintermediação humana. Há muita intermediação humana. Há muita coisa, por exemplo nomeadamente certidões, comprovantes, que hoje já não fazem sentido passarem pelo cidadão estas certidões que nós propomos a sua, pura e simplesmente substituição por aquilo que nós chamamos em tecnologia webservice toques a bases de dados, "deixa lá ver se eu devo alguma coisa, se eu sou criminoso, etecetera". Esses toques devem ser feitos sem intervenção humana, caso contrário nós temos aqui riscos até de falsificação de documentos etecetera. Eu vou aqui usar um, digamos, até umas recomendações dum grupo específico dentro do OGP Internacional. Como é que este processo, no fundo se... Normalmente a Administração Pública tem as suas visões, tem as suas perceções, toma a decisão e toma a sua ação. E depois informa. E o cidadão praticamente tem uma posição um pouco passiva. Se calhar ainda, na Rede Nacional de Administração Aberta ainda estamos um pouco nesta fase. É uma fase ainda pouco madura na relação entre o Estado e a sociedade. Poderemos ter outra que é já uma visão mais proativa, isto é, os cidadãos são ouvidos, as suas visões, as suas perceções, e depois o Estado tomará a sua decisão e fará a sua ação. Nomeadamente mobilizando recursos para os seus planos, prós seus orçamentos, etecetera. Bom, poderá haver aqui, numa fase de visão e de perceção e de decisão, poderemos ter aqui uma cooptação entre os cidadãos, o Governo e a Administração Pública. E aqui já estamos numa fase mais de coprodução em que nós conseguimos partilhar já as próprias decisões. E então compete depois

ao Governo e à Administração Pública a ação, fazer. Até porque é onde estão os orçamentos, e onde estão os planos, e onde está a máquina para executar. Nós poderíamos até ter uma colaboração integral entre as visões. Aqui ainda está em inglês, desculpem, mas as visões, as decisões e a ação. Mas fazendo aqui uma comparação com o ciclo que muitos de vós, se calhar, conhecem, que é o PDCA, o PLAN - DO - CHECK - ACT, no fundo é este envolvimento, este ciclo de aprendizagem, esta ideia... Aliás, houve num slide inicial que eu coloquei esta ideia de que estamos a trabalhar com coisas imperfeitas. Nem a Administração Pública é perfeita, nem a sociedade civil é perfeita, nós estamos num processo permanente de aprendizagem e esta Rede, e a Rede sabe que eu sou das pessoas mais ativas, mais interventivas, mais inquietas, mais insatisfeitas, porque a insatisfação, para mim, é uma forma de vida. Se eu não estiver insatisfeito eu não consigo mudar nada. Mas é este ciclo de insatisfação-ação que nos leva realmente a melhorar as coisas e permanentemente a encher o copo, o tal copo meio cheio que nós vamos tendo à nossa frente. Pronto, a deliberação é sempre um diálogo entre regras muito explícitas e menos explícitas, nós numa determinada fase poderemos ter um diálogo mais aberto e pouco estruturado, e, noutras fases poderemos ter análises mais estruturadas e com regras e é para isso que os organismos públicos, sobretudo, que são órgãos muito sujeitos a regras e que contrastam muito com a sociedade civil que tem um diálogo muito mais aberto. Mas é desta aproximação entre o diálogo e a análise que resulta. Os próprios... esta ideia de termos uma narrativa livre e depois termos uma que, no fundo, resulta da nossa experiência vivida, que nós vamos a um organismo, tivemos uma má experiência, mas foi a minha experiência, não foi a experiência de todos. Temos que depois ver se aquilo é generalizável, se não é generalizável e é para isso que existem os factos da informação e é para isso que existe a análise. E é para isso que existem organismos como a Agência para a Modernização Administrativa que é exatamente dar sequência a estas várias narrativas menos estruturadas e, se calhar, com regras menos explícitas, mas que

é claramente parte das regras vividas. Eu tinha aqui algumas dimensões, isto é um tema, esta questão da colaboração, é um tema que me apaixona particularmente, até em termos de investigação, e eu tinha aqui algumas dimensões. Depois eventualmente esta apresentação poderá ser partilhada, quer no *site* do OGP, quer também no *site* da PASC-Casa da Cidadania. E ficaria por aqui e agora iríamos para o debate que eu acho que é o mais importante.

[00:37:56] **Daniel Santos:** Muito bem.

[00:37:57] **Luís Vidigal:** E daria a moderação aqui ao...

[00:38:00] **Daniel Santos:** Muito bem.

[00:38:01] **Luís Vidigal:** Já está? Já parei. Pronto, muito obrigado. Muito obrigado Luís é sempre um...

[00:38:05] **Luís Vidigal:** Espero que tenha sido explícito.

[00:38:07] **Daniel Santos:** Sim, é sempre muito gosto, é quase escolástico ouvi-lo e aprender consigo. Traz sempre muito conhecimento empírico sobre as matérias que aborda. Abordou aí alguns temas e eu ressaltava apenas uma nota para que os participantes estejam à vontade para colocar perguntas tanto à Rede, aos representantes da Rede, neste caso a AMA como ao Luís Vidigal e à PASC via *chat*. Nós trazemos algumas perguntas na nossa algibeira até porque o Luís tocou em alguns temas que são muito caros para o âmbito de ação da Rede Nacional de Administração Aberta e da OGP em Portugal. Existe, e o Luís falou disso, existe a perceção que a intervenção dos cidadãos, e muito em particular em Portugal a participação cívica fica aquém daquilo que poderia ser. Em parte, porque o cidadão acha, ou tem a perceção de que a sua participação tem pouca influência na tomada de decisões por parte do Estado. Será que nós, com estes processos de consulta pública, poderemos... estes processos de consulta pública, nos planos da Ação Nacional de Administração Aberta, tornarem-se espaços privilegiados para amplificar a voz do cidadão, mobilizando a sociedade civil a agir através dessa cocriação em matérias de Administração Pública?

[00:39:46] **Luís Vidigal:** Eu concordo plenamente que isto são os espaços ideais são aqui, quer dizer, é um deles, mas há muitos outros. Eu falei há bocado na transparência *by design* e do escrutínio *by design* que os sistemas têm que ter. É que não basta criarmos aqui uma válvula de escape, que isso poderá ser uma válvula de escape para a cidadania. Tudo bem, nós aqui desabafamos, como são as redes sociais, são sítios onde nós desabafamos e parece que ficamos muito contentes com esse desabafo. Não basta. Eu acho que isto é um espaço estruturado, volto à questão da análise estruturada, isto é um espaço estruturado, e acho que isso é um esforço que nós devemos aplaudir o mais possível, mas isto também tem que começar também muito na informação, por exemplo, na simples informação e na partilha e no escrutínio dos vários sistemas. É evidente que nós temos Portais do Cidadão, temos serviços de atendimento, etcetera, mas há muito trabalho a fazer aí. Muito, mesmo muito trabalho a fazer aí. Sobretudo, na Administração Pública portuguesa, dou um exemplo que eu gosto que é o portal base. O portal base foi das coisas, curiosamente o OGP internacional nem conhecia muito bem o nosso portal base, é das coisas boas que Portugal tem e até porque nós conseguimos ver a questão das compras públicas, as adjudicações diretas, tudo isso. Agora o portal base está praticamente como ele nasceu. E eu lembro uma coisa, o portal base foi uma iniciativa da sociedade civil, do grupo do *open source*, e que a ofereceu, digamos, ao próprio Estado. Mas há muito trabalho a fazer com o portal base dando-lhe mais transparência, mais mecanismos de navegação. Portanto, é nos sistemas que nós temos que começar a atuar dando-lhe mais... outro exemplo que é um exemplo que nós na Rede vivemos muito que é o exemplo dos impostos e eu que passei também por essa área, era já a minha luta lá dentro, mas agora é cá fora. Nós não podemos ter os termos jurídicos explícitos em *sites* dos impostos, não podemos invocar lei sem a explicar. Há um trabalho imenso sobre abertura, traduzindo, no fundo, para linguagem corrente todas as regras e procedimentos do Estado. É fundamental. É um esforço enorme. Eu sei que é uma coisa que os juristas não gostam muito porque gostam de expor a lei tal e qual

que é para não ter interpretações dúbias. Mas o problema é que a cidadania não... nós não precisamos de intermediários, temos que ser diretos na intervenção com o Estado. Não precisamos de ir consultar um advogado para nos ler uma carta que acabou de nos chegar, naqueles termos que ninguém entende. Portanto, esta transparência é absolutamente fundamental.

[00:42:55] Daniel Santos: Muito bem. Dizer que, por exemplo, um dos sítios onde tem mais linguagem técnica de jurista, o Diário da República eletrónico já tem alguns decretos de leis e alguns dos artigos com um tradutor para a linguagem clara. Mas totalmente de acordo que esse é um caminho que terá que se fazer. Até porque, com a implementação dos serviços públicos digitais, o chamado *E-governement*, e das medidas de Administração Aberta que concluíram, por exemplo, agora neste primeiro plano do *Open Government* é estabelecida uma relação operacional entre serviços públicos, entidades públicas, com o cidadão e com a sociedade civil que se pretende mais eficiente e mais aberta. De que forma é que acha que estas iniciativas potenciam, ou podem potenciar uma maior participação cívica e um envolvimento mais efetivo por parte dos cidadãos?

[00:43:55] Luís Vidigal: Há uma coisa que falta claramente, os processos da Administração Pública são processos muito verticais ou muito verticalizados, e muito acantonados a cada ministério. Se nós os tornarmos mais explícitos digamos, e ver quem são os vários parceiros que devem intervir num licenciamento, numa autorização de qualquer tipo... Porque raramente um evento de vida dum cidadão ou duma empresa se resolve num único departamento, tem que se passar por vários. E essa visão transversal, porque não existe um Ministério do Cidadão, verdadeiramente não existe um Ministério da Empresa. Dou-vos de exemplo as bases de dados de empresas, por exemplo, que existem nos impostos não são partilhadas, por exemplo, com o Ministério da Economia, e outras coisas deste género. Nós não partilhamos os dados porquê? Porque não partilhamos processos, não colocamos o cidadão no centro da nossa ação. Isso é essencial. A Agência para a Modernização Administrativa, como o organismo transversal, tem

feito esse esforço, mas, eu costumo dizer, a sociedade civil tem que ajudar este processo porque é no nosso interesse, claramente. Mas também tem que haver... Eu muitas vezes nas reuniões da Rede, deixem-me aqui abrir uma... eu costumo dizer, "mas vocês não colaboraram? Vocês não partilharam? Olhem que há informação ali no outro organismo que é muito útil para esse sistema". Pronto, não é aqui uma sociedade civil desinformada, por acaso e uma sociedade civil informada e que sabe conhece a máquina por dentro. Mas isto tem que começar a ser feito. Dizer, "por favor, reutilizem informação". O tal conceito de reutilização da informação de dados abertos, mas não só. Mesmo nos dados fechados deveria haver muito mais, muito mais, reutilização.

[00:46:10] Daniel Santos: Muito bem. Dizer que temos agora uma primeira pergunta duma participante. Boa tarde Ana Reis, e é para si a pergunta. Luís a Ana Reis gostaria de saber se existe uma relação entre a literacia digital e a cidadania digital, e de que forma esta relação pode potenciar, ou não, a participação cívica.

[00:46:37] Luís Vidigal: Claro que sim. Aliás, neste momento nós estamos a, aliás é o meu colega Jorge Robalo que também está aqui na PASC que tem estado, estado a conduzir um conjunto de *webinars* com muito sucesso, ligados exatamente à literacia digital. Tem sido uma das grandes preocupações que ficou muito evidente agora durante o período da pandemia. Houve uma parte da população que se desenvolveu, e houve uma parte da população que, se calhar, esteve bloqueada em certa medida. Portanto, a literacia é fundamental. Foi por isso também que foram criados os Espaços Cidadão. Deixem-me aqui fazer uma publicidade aos Espaços Cidadão porque permitem que as pessoas mesmo sem literacia digital consigam ter acesso a todos os serviços digitais. Até porque a Administração Pública Portuguesa tem um problema: tem excelentes serviços, até tem muitos serviços digitais, mas tem uma baixíssima utilização. Aliás, os índices das Nações Unidas refletem isso e nós este ano baixámos algumas posições no ranking do *E-governement* das Nações Unidas, no ranking de dois mil e vinte, e deve-se exatamente a isso. Portanto, nós temos que estar com muita atenção.

Obviamente que a literacia é uma das questões, há muitas razões para a exclusão, mas a iliteracia, a pobreza, muitas coisas de que Portugal, obviamente, não está nos topos dos rankings.

[00:48:18] Daniel Santos: Muito bem. Esta talvez seja uma pergunta também para o Luís e para a AMA, da Alexandra Ataíde que faz parte do Laboratório Cívico recém-nascido em Aveiro, o Cidadania LAB. Bem-vinda Alexandra. E pergunta “de que forma é que a AMA e a PASC estão a criar pontes de colaboração com laboratórios cívicos em Portugal?” Luís quer responder primeiro?

[00:48:39] Luís Vidigal: Pois, isso é uma...

[00:48:41] Daniel Santos: Excelente. Eu acho que é mais uma pergunta, é só uma pergunta, mas sim...

[00:48:44] Luís Vidigal: Não, não, não. Obviamente não estamos a fazer... Não estamos a fazer e devíamos estar a fazer. Aliás, é a tal coprodução que devia estar a acontecer. Aliás, na última reunião da Rede eu disse “bom, não nos deem, à PASC, coisas para fazer.” Fazer no sentido “olhe desenvolvam a aplicação sobre este tema...”

[00:49:03] Daniel Santos: Executar, não é?

[00:49:04] Luís Vidigal: Nós não temos que executar. Até porque não temos nem orçamento para isso. Portanto, não é o nosso papel. Agora nós podemos coproduzir dentro daquele princípio do PLAN - DO - CHECK - ACT, dentro do PDCA. Portanto, nós podemos perfeitamente envolver-nos nesse desenvolvimento, experimentando... testando. Nós podemos fazê-lo e mobilizar inclusivamente cidadãos, várias associações para esse efeito. Temos total disponibilidade. Nós fizemos isso, aliás dou-vos um exemplo, neste plano que agora terminou o que nos estava a ser encomendado era a divulgação... No fundo, o nosso compromisso era a divulgação do OGP. Bom, divulgar OGP... eu costumo dizer “Bom, se nos derem dinheiro para fazer uma campanha publicitária nós fazemos, não tem problema, mas não é propriamente o nosso papel”. Tudo bem, nós divulgamos até temos no *site* bastante informação. Agora esse não é

propriamente o nosso papel. O nosso papel é sobretudo intervir daquela maneira que eu vos disse, portanto, cocriando e mantendo a nossa independência enquanto representantes da sociedade civil.

[00:50:34] Daniel Santos: Muito bem. Bem, da parte... Dizer que a AMA e a PASC fazem parte duma rede que finalizou agora o primeiro Plano de Ação e que irá iniciar o segundo e que são momentos como este, eu acho que é uma pequena evidência já Alexandra, que estamos a envolver não só organizações da sociedade civil, mas também fazer um esforço para envolver cidadãos. Haverá, muito em breve, mais iniciativas de participação, de envolvimento até mais estruturado, há essa abertura. Há abertura também para que sejamos, enquanto Rede, desafiados nesta multilateralidade que caracteriza a Rede, e o que se pretende é, de facto, que hajam, na execução dos planos de ação, membros que podem assumir, e parceiros que podem assumir diversos papéis. E, como o Luís estava a dizer, nem todos têm que ser coordenadores, nem todos têm que ser executantes porque nem todos têm ou os recursos, ou o perfil para o fazer. É, de facto, muito importante haver uma diversidade de atores, todos que respondam e que subscrevam os princípios da Declaração da Administração Aberta. Por isso, Alexandra, eu iniciei agora aqui a partilha de ecrã para que as pessoas possam também tirar nota do *email* da OGP. Caso queiram estar envolvidos em futuras iniciativas partilhem os vossos contactos, caso queiram desafiar a Rede duma forma mais substancial, estruturada, estejam também à vontade. É um dos canais de contacto que temos para o qual estamos...

[00:52:28] Luís Vidigal: Mas...

[00:52:29] Daniel Santos: Sempre abertos. Diga Luís.

[00:52:30] Luís Vidigal: Mas preparem-se para sofrer.

[00:52:32] Daniel Santos: Ah sim, nós sim...

[00:52:33] Luís Vidigal: O que é que eu quero dizer, mas para sofrer... deixem-me aqui, agora como sociedade civil, deixem-me dizer-vos um pouco isto. Antes de mais nada convidar também, obviamente, para se juntarem também à PASC. Temos o

site PASC.pt, ou então o endereço é secretariado@pasc.pt. Agora quando eu digo preparem-se para sofrer é neste sentido, é que, muitas vezes, quando nós propomos coisas os organismos respondem-nos “Não temos orçamento, nem está nos planos”. E, portanto, nós temos que inverter, um pouco, esta situação. Portanto, estar ali sentado à volta duma mesa a ser consultados para depois ter a resposta “Não temos orçamento, não está nos planos”, isso não é o papel da sociedade civil. A sociedade civil tem que ser coprodutora efetivamente e tem que ter retorno, no fundo, das suas exigências. Nós, por exemplo, quando foi do primeiro plano fizemos uma consulta alargada a todas as associações, tivemos propostas, e elas não foram aceites. Isto são coisas que, por isso é que eu digo, vamos ter que melhorar agora no segundo plano, e melhorar bastante. O primeiro foi uma experiência, claramente, ainda estávamos todos muito imberbes nesta questão. E o Governo já tinha muita coisa em andamento, nomeadamente no âmbito do Simplex e etcetera, que achavam que aquilo já estava a ser feito. O tal copo, no fundo o copo cheio. Mas nós estávamos a ver o copo meio cheio e queríamos enchê-lo mais. A insatisfação é uma característica da sociedade civil. Por isso eu digo quem está a assistir e que são ativistas sociais, preparem-se para sofrer. Mas nós também temos que aceitar que nem a Administração Pública é perfeita, nem a sociedade civil é perfeita. Volto àqueles primeiros slides que apresentei. É um processo de aprendizagem.

[00:54:24] **Daniel Santos:** Muito bem, obrigado.

[00:54:26] **Luís Vidigal:** Eu, se calhar, também fui muito radical em determinados momentos. Irritei-me muito e, portanto, como dizia a Ministra da Presidência “Por favor não me dê mais trabalho”. Quando ela me vê ela “Não me dê mais trabalho”. Mas isto é o papel da sociedade civil, é pedir, é exigir, é esse o papel, temos de perceber esta dualidade.

[00:54:52] **Daniel Santos:** Muito bem. E é um momento também, se me é permitido dizer, em que a sociedade civil, e o Estado através das entidades da Administração Pública, é um momento de encontro, e é um momento de negociação em que

ambas as partes se encontram, não no ponto de partida, mas num ponto intermédio onde se procuram benefícios mútuos. Ficamos então a aguardar o seu *email* Alexandra, muito obrigado. Temos outra pergunta da Maria Monteiro. Eu, se me permitem, nós vamos acabar a sessão uns minutinhos mais tarde, começámos também mais tarde. Se estiverem todos de acordo vamos acabá-la às dezanove e cinco, que foi quando começámos a sessão, aqueles cinco minutos de entrada. Só para também termos aqui tempo para responder a estas duas perguntas que surgem. A Maria Monteiro, boa tarde Maria Monteiro, diz "as empresas precisam de informação dos cidadãos, não a usam, ou usam? Qual é o ponto de situação? E a Academia, precisa tanto de informação para teses e investigações, qual é a utilização da Academia?". Eu creio que isto terá a ver com dados abertos, Maria Monteiro que é também... Nós temos na Rede o Conselho de Reitores das universidades portuguesas. Muitas vezes, por razões variadas, nem sempre a Academia tem estado disponível. Muitas vezes por falta de recursos, sempre que é solicitado pela sociedade civil. Mas a questão dos dados abertos é uma questão que está em cima da mesa e alguns dos compromissos, se a Maria Monteiro teve oportunidade de ver, posicionam-se exatamente nesse tema, no tema do tornar o acesso à informação mais fácil, mais inclusivo e, fundamentalmente, mais aberto. Por isso, se tiver sugestões mais estruturadas a nível de como isso se poderia processar, ou que objetivos gostaria de ver, quando nós iniciarmos a fase de cocriação do segundo pano e das consultas públicas, convidamo-la a participar e a trazer essa que parece ser a sua área de interesse. Eu não sei se o Luís gostaria de completar...?

[00:57:09] **Luís Vidigal:** Não, eu quero dar um contraponto. Eu sou um grande adepto...

[00:57:14] **Daniel Santos:** Ai, eu também.

[00:57:15] **Luís Vidigal:** Sou um adepto...

[00:57:15] **Daniel Santos:** A título pessoal, eu também.

[00:57:17] **Luís Vidigal:** Sou adepto dos dados abertos e, nomeadamente, do portal que a AMA criou para esse efeito. Agora a questão que se coloca, mais uma vez aqui...

há aqui imperfeições a corrigir. Os dados, muitos deles não são dados dinâmicos e, portanto, são dados mortos. Eu só acredito em dados abertos que são gerados de forma dinâmica a partir dos sistemas, e infelizmente os dados muitas vezes são fornecidos ao portal mais para cumprir um ritual do que propriamente... Não há aqui uma integração que deveria haver. Estamos muitas vezes a trabalhar com dados que já pouco interessam. Outra questão, isto resulta porquê? Porque existem muitos dados, por exemplo, o exemplo fantástico da Câmara Municipal de Lisboa, tem feito um trabalho fantástico nesta área dos dados abertos, mas acaba por ser o silo Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, nós temos que começar a ter também aqui uma ideia de maior partilha, porque o problema começa dentro da própria Administração Pública, já não é só entre a Administração Pública e as empresas e a Academia. É dentro da própria Administração Pública. A qualidade dos dados tem muito a ver também com a vida dos próprios dados e, obviamente, e com a partilha que é feita dentro do Estado. Isso é fundamental. Mas muitas vezes os organismos têm medo de mostrar que a informação não está muito atualizada. Eh pá, não tenham porque eu costumo dizer que há uma coisa chamada *crowd auditing*, são os próprios cidadãos que podem auditar a qualidade da informação. E o Estado ganha com isso. Portanto, se houver uma atitude de abertura, às vezes, dados que podem estar incorretos podem ser melhorados. É preciso ter aqui alguma disponibilidade, alguma humildade, pode-se até dizer, perante a sociedade. Nada é perfeito dentro do Estado. O Estado não é uma máquina, o Estado são pessoas, é um corpo orgânico, não é um corpo mecânico.

[00:59:26] Daniel Santos: Muito bem. Muito obrigado por completar Luís. Eu creio que, dada a hora vamos considerar esta como a última questão. Mais oportunidades virão num futuro muito próximo. Reforçar que o processo de consulta pública ao Relatório de Autoavaliação do primeiro Plano de Ação Nacional está a decorrer. Contamos com a vossa análise crítica e comentários com sugestões de todo o nível que quiserem. Todas as sugestões serão respondidas. Agradeço à PASC nas

peessoas do Jorge Robalo e do Luís Vidigal por nos terem acolhido digitalmente no Zoom e a todos os que tiraram do vosso tempo para participarem neste final de tarde neste *webinar*. Muito obrigado pelo vosso interesse, pelas vossas perguntas em nome do LABX e da AMA e da OGP Portugal despeço-me com amizade e até breve. Muito obrigado. Se calhar sugeria que todos ligássemos as câmaras e disséssemos adeus já que o *chat* não esteve aberto para ser função de *chat*. Muito obrigado a todos.

[01:00:50] Luís Vidigal: Até à próxima. Obrigado.

[01:00:55] Daniel Santos: Adeus, obrigado.

[01:01:11] FIM DA GRAVAÇÃO